

# “NENHUM TIRANO DESTRUIRÁ NOSSA CIDADE!”: CONTROLE OLIGÁRQUICO E FRACASSO DA ASCENSÃO TIRÂNICA NA CARTAGO HELENÍSTICA PRÉ-BÁRCIDA

*Henrique Modanez de Sant’Anna\**

## **Resumo:**

*Pouco se sabe a respeito da situação política de Cartago, a despeito de alguns fragmentos e curtas referências em autores como Aristóteles e Políbio. No entanto, uma análise cuidadosa dos problemas enfrentados pelos cartagineses, durante as expedições grega (310-307 a.C.) e romana (256-255 a.C.), ilustrará como o controle oligárquico cartaginês impediu a emergência de qualquer poder autocrático, seja ele declarado ou meramente potencial.*

**Palavras-chave:** *Cartago; ocidente helenístico; tirania; política; guerra.*

## **Introdução**

A história política do mundo helenístico não era formada unicamente por comandantes seniores do exército de Alexandre, o Grande; sob os Diádocos contava-se uma série de ex-oficiais de poder menor (ou “aventureiros”) que desempenhava funções importantes em regiões controladas pelos ex-generais de Alexandre, ou mesmo em territórios que não haviam sido subjugados pelo macedônio. Juntamente com os Diádocos, tais comandantes de poder menor moldaram a política do mundo helenístico e transformaram, de maneira relevante, a sociedade na qual estavam inseridos, contribuindo para a formação da *imitatio Alexandri* e de seu impacto na arte da guerra do período helenístico. Esse era o caso de Agátocles de Siracusa, tirano cuja intervenção nos problemas que enfrentava a porção leste da Sicília mostrou-se decisiva na concretização das inovações políticas e militares no ocidente helenístico.

---

\* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Pesquisador do Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos – PEJ/UnB.

Agátocles, entretanto, não se contentou com a supremacia pessoal em Siracusa, local onde seu poder era mera formalidade (MEISTER, 1987, p.388),<sup>1</sup> investindo também contra os cartagineses na África, em decisão repentina, porém amplamente fundamentada no conhecimento do atual estágio do “ardor cívico” do exército cartaginês (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 20, 3).

Agátocles, tendo reunido cerca de 13.500 mercenários, preparou 60 embarcações e aguardou um momento de distração dos cartagineses para navegar rumo ao norte da África, provavelmente sem informar seus homens de seu plano. Após uma semana de viagem, o siracusano desembarcou com as tropas num lugar a 110 km de Cartago e decidiu atear fogo às embarcações, porque não queria dividir as suas forças (deixando um destacamento para vigiar a frota estacionada), ou, talvez, como reforço psicológico para o objetivo final da empreitada: deixar a região com os cartagineses subjugados, tendo para isso o apoio das divindades (Deméter e Kore, as divindades patronas da Sicília, a quem Agátocles havia oferecido o “sacrifício dos navios”). A decisão de transferir a guerra da Sicília para a África, ainda que a porção grega da ilha estivesse em condições bastante desfavoráveis, estava ancorada, como indicou Diodoro, no conhecimento de Agátocles sobre o despreparo do exército cívico cartaginês, o qual teria forçosamente que entrar em combate com os experientes mercenários do siracusano, caso fossem pegos de surpresa em sua própria cidade ou nos arredores, mas também no reconhecimento das tensões existentes entre a oligarquia cartaginesa e seus generais. As centenas de quilômetros que separavam Cartago da porção oeste da Sicília, por vezes tornavam os “relatórios” das ações cartaginesas na ilha esporádicos e imprecisos (MILES, 2010, p.146-8), resultando na coexistência de dois fatores aparentemente excludentes.

## **A questão política cartaginesa**

Em primeiro lugar, destaca-se a autonomia dos generais de exércitos mercenários na Sicília, com liberdade para realizar tratados de paz e formar alianças, ainda que elas tivessem que ser confirmadas posteriormente pelo Conselho de Anciãos (HOYOS, 1994, p.246-74; MILES, 2010, p.146). Em segundo lugar, encontra-se o controle de seu poder político e militar pela oligarquia, o que frequentemente findava em punições financeiras, deposição do cargo ou até mesmo privação de direitos cívicos no caso de derrota, assim como deposição e crucifixão dos comandantes, se confirmada aspi-

ração tirânica, mesmo que em potencial. A existência dessa tensão aparece, por exemplo, em Diodoro, ao mencionar o tratamento hostil dado aos generais cartagineses pelos seus compatriotas:

*A causa básica desse problema era a severidade dos cartagineses ao infligir punições. Em suas guerras eles dispõem seus homens mais nobres (τοὺς [...] ἐπιφανεστάτους τῶν ἀνδρῶν) no comando, julgando que esses deveriam ser os primeiros a enfrentar o perigo em nome de toda a cidade; mas quando eles conquistam a paz, [os oligarcas] condenam os mesmos homens em julgamento, trazendo injustamente acusações contra eles por inveja, e os depõem com penalidades. Portanto, alguns desses homens dispostos em posições de comando desertam, temendo os julgamentos nas cortes, ao passo que outros se lançam à tirania (τινὲς δ' ἐπιτίθενται τυραννίσιν). (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 20, 10, 2-4)<sup>2</sup>*

Isócrates, alguns séculos antes de Diodoro, afirmou que, entre os cartagineses, “as cidades [eram] governadas por uma oligarquia, mas os assuntos militares por um rei” (οἴκοι μὲν ὀλιγαρχουμένους, περὶ δὲ τὸν πόλεμον βασιλευμένους) (ISÓCRATES. **Nicocles**, 24).<sup>3</sup> Com isso, o orador ático pretendia evidenciar a tensão referida entre oligarquia e generais, algo existente mesmo antes do início do período helenístico. Se no séc. IV a.C. os generais eram escolhidos entre os membros da elite política, a partir do séc.III a.C. os mesmos passaram a ser eleitos pela assembleia popular (BAGNALL, 2005, p.9), o que certamente contribuiu para a degradação das relações entre oligarquia e comandantes nomeados. Entretanto, a despeito da progressiva hostilidade entre os dois lados, os oligarcas foram ainda capazes de punir seus generais com severidade ao longo dos cem primeiros anos do período helenístico. O poder que a oligarquia mantinha sobre os comandantes é evidente em diversas ocasiões, como a deposição do general Hanão, o Velho, após sua derrota em Acragas, em 263 a.C. (POLÍBIO. **Histórias**, 1, 18-19; ZONARAS, 8, 10). Políbio não menciona o que ocorreu com Hanão, dando atenção ao impacto que a vitória romana teve no Senado, em Roma, mas Diodoro nos relata que “os cartagineses puniram Hanão em 6.000 moedas de ouro, privando-o de seus direitos cívicos” (Ἄνωνα δὲ οἱ Καρχηδόνιοι ἐζημίωσαν χρυσοῖς ἑξακισχιλίαις ἀτιμάσαντες) (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 23, 9).<sup>4</sup>

A principal razão para o controle efetivo por parte dos oligarcas reside no excelente funcionamento das instituições políticas tradicionais, cujo vigor permaneceu até o início da Segunda Guerra Púnica devido às mãos severas da oligarquia (nas “figuras senatoriais” e dos *sufetas*). O preço a se pagar, contudo, será o impedimento da formação de uma “escola militar atualizada” na primeira metade do séc.III a.C., o que atrasará, em termos táticos, o pensamento militar cartaginês, sendo o problema solucionado somente diante de outra ameaça nos arredores de Cartago: a expedição romana liderada por Régulo durante a Primeira Guerra Púnica.

Políbio menciona que as razões para a decadência da constituição cartaginesa, notada somente a partir da Segunda Guerra Púnica, resumem-se ao progressivo desequilíbrio das suas instituições, diminuindo sensivelmente a autoridade da oligarquia frente às assembleias populares, tendo “a multidão já adquirido a palavra final nas deliberações, ao passo que, em Roma, o Senado ainda a detinha” (τὴν πλείστην δύναμιν ἐν τοῖς διαβουλίαις παρὰ μὲν Καρχηδονίοις ὁ δῆμος ἤδη μετειλίφει, παρὰ δὲ Ῥωμαίοις ἀκμὴν εἶχεν ἡ σύγκλητος) (POLÍBIO. **Histórias**, 6, 51). Ao que tudo indica, o período localizado entre os primeiros anos do séc.III a.C., quando a assembleia popular passou a escolher os generais cartagineses, e o início da Segunda Guerra Púnica, em 218 a.C., apresentou os últimos esforços de controle efetivo dos oligarcas, que, progressivamente, perdiam espaço para a participação democrática, ainda que tivessem poder sobre a deposição dos generais e, já nas duas últimas décadas do séc.III a.C., para uma política da irracionalidade (CHAMPION, 2004, p.117-21; MILES, 2010, p.353-4).

Há basicamente duas referências antigas sobre a constituição dos cartagineses, a respeito da qual pouco se sabe. A primeira e mais esclarecedora delas encontra-se em Aristóteles (**Política**, 1272b), portanto, temporalmente distante dos eventos pelos quais demonstramos interesse. Ainda assim, o entendimento aristotélico do sistema político cartaginês no séc.IV a.C. deve ser o principal documento considerado, dado o bom julgamento de Aristóteles para o assunto e as condições mínimas de acesso aos relatos antigos sobre as instituições políticas cartaginesas. A segunda delas pode ser encontrada, como já indicado acima, em Políbio (**Histórias**, 6.44), ligeiramente mais próximo dos referidos eventos do que Aristóteles, considerando as suas funções no círculo dos Cipiões. O relato de Políbio, contudo, carece de informações básicas, resumindo-se à demonstração de como o

desequilíbrio no funcionamento das instituições permite a ascensão de outro poder estrangeiro (Roma), o que daria ferramentas aos políticos gregos vindouros para a compreensão das instituições romanas. Afinal, sua “história pragmática” se dirigia a uma audiência grega (mas não somente) forçada a conviver sob o domínio romano (WALBANK, 1972, DALY, 2002, p.81).

De acordo com Aristóteles, os cartagineses viviam sob uma constituição boa (Πολιτεύεσθαι δὲ δοκοῦσι καὶ Καρχηδόνιοι καλῶς) e superior, em muitos aspectos, a todas as outras (καὶ πολλὰ περιττῶς πρὸς τοὺς ἄλλους), assemelhando-se às constituições de Creta e Esparta (as quais detinham peculiaridade notável aos olhos do grego) (ARISTÓTELES. **Política**, 1272b).<sup>5</sup> O valor de uma boa constituição, diz Aristóteles, pode ser encontrado quando “os cidadãos permanecem leais ao sistema político, e nenhum conflito civil emerge em qualquer escala que valha a pena mencionar, nem qualquer um obtém sucesso em se pronunciar tirano” (τὸ τὸν δῆμον διαμένειν ἐν τῇ τάξει τῆς πολιτείας, καὶ μήτε στάσιν, ὅτι καὶ ἄξιον εἰπεῖν, γεγενῆσθαι μήτε τύραννον). Da mesma forma que os espartanos, os cartagineses conheciam as refeições coletivas, possuindo um conselho similar ao dos éforos, mas composto por 104 homens, tendo a vantagem de escolhê-los por mérito pessoal (τὴν ἀρχὴν ἀριστίνδην), ao passo que, em Esparta, a eleição se dava entre os cidadãos ordinários. Quanto aos dois *sufetas* (ou magistrados vistos como reis),<sup>6</sup> ambos vinham da mesma família e deviam assumir o cargo por eleição e não por senilidade. Aparentemente, as decisões eram sempre tomadas pelo Senado e pelos *sufetas*, e os assuntos que deveriam ir à assembleia popular eram por eles escolhidos. Uma vez que a votação fosse encaminhada ao povo (δῆμος), o Senado abria mão de sua primazia momentaneamente, sendo a assembleia popular investida de poder não somente para escutar as resoluções do governo, mas também para pronunciar julgamento sobre elas, “um direito que não existia noutras constituições” ([...] ὅπερ ἐν ταῖς ἑτέραις πολιτεαῖς οὐκ ἔστιν). A política cartaginesa seria, então, parcialmente democrática, mas com fortes elementos oligárquicos, os quais eram mantidos pela forma de controle institucional aristocrática. As pentarquias, por exemplo, encarregadas da eleição dos membros do “conselho dos 104 homens” (senadores responsáveis por vigiar e reprimir quaisquer abusos por parte do próprio Senado), eram magistraturas não remuneradas, sendo tanto a riqueza (τὸν πλοῦτον) quanto o mérito (τῆς ἀρετῆς) elementos considerados na escolha dos magistrados, o que limitava o exercício político das pentarquias aos

bem-nascidos, já que era impossível ao homem pobre desfrutar do tempo necessário para o desempenho adequado de seus deveres políticos. Assim, a eleição por riqueza seria oligárquica, e a eleição por mérito, aristocrática, o que mantinha (durante bastante tempo) o equilíbrio institucional tão valorizado por Políbio, para quem a população de Atenas, ícone do governo puramente democrático, se assemelhava a “um navio sem comandante” (τοῖς ἄδεσπότηις σκάφεισι).

## **Bomílcar e o golpe fracassado**

O único caso helenístico (entre 323-237 a.C.), registrado nas fontes, de aspiração frustrada ao poder tirânico em Cartago se dá em 310 a.C. com Bomílcar, um dos *strategoí* nomeados pelo conselho cartaginês frente ao reconhecimento da inesperada expedição africana de Agátocles (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 20, 10; MEISTER, 1987, p.395; CONSOLO LANGHER, 2000, p.139-41). Ao eleger Bomílcar juntamente com Hanão, o outro *strategos*, tendo ciência de que ambos advinham de famílias rivais, o conselho cartaginês pretendia, de acordo com Diodoro, manter a segurança da cidade (τῆς πόλεως ἀσφάλειαν), isto é, o perfeito funcionamento de suas instituições tradicionais, crendo que a desconfiança pessoal e a inimizade mútua (τὴν ἰδίαν τούτοις ἀπιστίαν καὶ διαφορὰν κοινὴν) dos generais inibiriam qualquer tentativa de ascensão ao poder tirânico pelo monopólio dos exércitos. O conselho, prossegue o historiador siciliano, se equivocou em sua decisão, uma vez que Bomílcar aproveitou a oportunidade de sua nomeação ao cargo de *strategos* para levar adiante um plano de instauração da tirania, o qual havia sido, como encontramos na fonte, previamente concebido. Antes da chegada de Agátocles à África, faltava ao cartaginês tanto autoridade (ἐξουσίαν) quanto ocasião adequada (καιρὸν οἰκεῖον); uma vez nomeado um dos generais responsáveis pelo combate contra os gregos na África, ambos os pré-requisitos lhe foram proporcionados. Em primeiro lugar, de posse de parte do exército cartaginês, bastava eliminar seu colega e rival, o que, considerando o estado das relações entre os dois, seria feito sem grandes impedimentos. Em segundo lugar, a presença grega na África serviria de justificativa para quaisquer acusações de mau funcionamento das instituições tradicionais, o que, em diversas ocasiões, foi tomado como pontapé inicial para a emergência dos poderes tirânicos no mundo grego. Em campo de batalha, após ouvir que seu rival havia sido

derrotado pelos siracusanos, Bomílcar tentou forçar um recuo prematuro de sua ala, o que induziria à retirada de todo o exército, acreditando que, com isso, teria não somente o controle das tropas, mas também o desentendimento e consequente submissão do Conselho. Essa lógica encontra evidência em Diodoro:

*Se o exército de Agátocles fosse destruído, ele não seria capaz de realizar o seu plano rumo à supremacia, uma vez que os cidadãos permaneceriam fortes; mas se o primeiro vencesse e destruísse o orgulho dos cartagineses, os derrotados seriam fáceis de manipular, e ele [Bomílcar] poderia derrotar Agátocles prontamente quando desejasse fazê-lo.* (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 20, 12)

O recuo tático de Bomílcar se transformou, no entanto, em massacre e destruição numerosa de seu exército,<sup>7</sup> já que as manobras helenísticas de Agátocles findaram no envolvimento aparentemente parcial dos cartagineses em fuga. Diodoro, um pouco mais à frente, menciona em detalhes como os cartagineses conseguiram suprimir a tentativa desesperada de ascensão tirânica por parte de Bomílcar, que, após a derrota para Agátocles, selecionou alguns de seus homens e tentou tomar a própria cidade de Cartago inesperadamente:

*[...] quando Bomílcar havia revisado o seu exército no que era chamada Nova Cidade, a qual estava localizada a uma curta distância da Velha Cartago, ele dispensou o restante, mas manteve aqueles com os quais podia contar em sua revolta, cerca de 500 cidadãos e 1.000 mercenários, e declarou-se tirano (ἀνέδειξεν ἑαυτὸν τύραννον).* (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 20, 44)

Ao dividir seus homens em cinco unidades, Bomílcar invadiu a cidade (que ainda não tinha conhecimento de seus planos) e exterminou aqueles que se opuseram aos seus propósitos. Diante da calamidade, os cartagineses pegaram em armas e se apressaram em suprimir a traição cívica que haviam sofrido em momento tão delicado para a sua política externa. Bomílcar se dirigiu ao centro mercantil (τὴν ἀγορὰν) e assassinou ainda muitos cidadãos desarmados, sendo essa ação desesperada seguida pela ocupação de construções próximas ao mercado por parte dos defensores, os quais foram capazes, devido ao posicionamento mais alto e, portanto, favorável à

defesa interna da cidade contra os homens de Bomílcar, de pôr fim ao que poderia representar a falência (mesmo que momentânea) de suas instituições políticas tradicionais. Após a rendição dos traidores, os cartagineses enviaram os seus cidadãos mais velhos (πρέσβεις) para o estabelecimento de um acordo, e decidiram perdoar os traidores, que tiveram que “pagar” o perdão com serviço militar contra Agátocles, mas torturaram e mataram o seu líder, Bomílcar, preservando, assim, “a constituição de seus país” (τὴν πατρῶαν πολιτείαν).

Parece seguro dizer que o único caso registrado de tentativa de instauração da tirania em Cartago, durante o primeiro século do período helenístico, tinha propósitos puramente clássicos, primeiramente porque a sua classificação como “helenística” cairia diante da acusação de anacronismo; de fato, não vejo maneira de um cartaginês ter concebido seu poder em imitação à monarquia de Alexandre antes mesmo da autoproclamação dos Diádocos como reis. Além disso, a experiência cartaginesa aponta para o modelo tirânico siciliano tardo-clássico, sem qualquer vivência direta (ao menos, nas esferas oligárquica e popular) com os valores monárquicos helenísticos. Ainda que Agátocles tenha desenvolvido os princípios de sua *basileia* durante a expedição cartaginesa, a configuração de seu poder não se dirigia nem aos cartagineses, nem aos cidadãos em Siracusa, mas sim às suas tropas mercenárias, que reconheceram seu poder no episódio da toga púrpura, e que tinham condições, a julgar pelo trânsito mediterrânico inerente à sua profissão, de saber do que se tratava o poder régio assumido por Agátocles alguns anos após a batalha de Túnis, em 310 a.C. Embora tivessem empregado mercenários em larga escala, a esfera de atuação política dos cartagineses, incluindo seus generais, permaneceu estritamente ligada aos modelos clássicos, tendo o único caso fracassado de ascensão tirânica no período helenístico ocorrido em 310 a.C., antes mesmo do surgimento das monarquias helenísticas.

Após o episódio de Bomílcar, a oligarquia cartaginesa manteve-se, como de costume, precavida quanto às possíveis chances da emergência de tiranias em Cartago. As fontes não mencionam outro caso declarado de aspiração tirânica, mas penso que podemos tomar, ao considerar uma sistematização das evidências disponíveis, a reação dos cartagineses ao sucesso militar de Xantipo (o qual será analisado em detalhes mais à frente) como indício de precaução quanto a uma “tirania em potencial”, o que serve em igual medida para o meu argumento.

## Xantipo e a tirania em potencial

As fontes fornecem histórias bastante distintas sobre o desaparecimento do general mercenário após serviço prestado aos cartagineses. Começemos com Políbio:

*Xantipo, a quem essa revolução e esse notável avanço nos eventos relacionados a Cartago foram devidos, após pouco tempo navegou mais uma vez a Esparta, sendo esta uma decisão muito prudente e bem pensada de sua parte, uma vez que suas realizações brilhantes e excepcionais cultivariam a inveja mais profunda [...]. Estrangeiros, quando expostos a tais situações, rapidamente sucumbem e põem-se em perigo. Há outro relato sobre a partida de Xantipo, o qual procurarei apresentar numa ocasião mais apropriada que a atual.* (POLÍBIO. **Histórias**, 1, 36)

Mas qual seria esse segundo relato mencionado por Políbio? Parece possível dizer, a partir do que narram outras fontes, que Políbio estivesse se referindo à versão que encontramos, com mais clareza, nos fragmentos do livro 23 de Diodoro:

*Xantipo, o Espartano, também pereceu nas mãos dos siciliotas.<sup>8</sup> Próximo a Lilibeu, uma cidade dos siciliotas [cartagineses], houve uma guerra entre romanos e siciliotas, guerra essa que continuou por 24 anos. Os siciliotas, tendo sofrido derrota em batalha por diversas vezes, ofereceram a submissão de sua cidade aos romanos. Xantipo, o Espartano, que havia chegado de Esparta com 100 soldados (ou sozinho, ou com 50 soldados, de acordo com vários autores), se aproximou dos siciliotas enquanto eles ainda estavam indecisos e, após conversar com eles por meio de um intérprete, finalmente os encorajou a fazer frente aos inimigos. Ele entrou em batalha com os romanos e, com a ajuda dos siciliotas, massacrou todo o exército inimigo. Por seu bom serviço prestado, [Xantipo] recebeu uma recompensa merecida e apropriada àquele povo perverso, uma vez que os moralmente abomináveis o enviaram numa embarcação defeituosa e a naufragaram nas águas do Adriático, como expressão de seu ressentimento para com o herói e sua nobreza.* (DIODORO. **Biblioteca Histórica**, 23, 16)

Os relatos posteriores apresentam mais ou menos uma das duas versões. Apiano relata o retorno de Xantipo a Esparta, ainda que a viagem tenha sido propositalmente organizada pelos cartagineses para o extermínio do general durante o percurso de volta, o que se deu com o arremesso de Xantipo e seus compatriotas da embarcação em mar aberto (APIANO. **Guerras Estrangeiras**, 8, 1). Os fragmentos do livro 11 de Cássio Dio, os quais foram parcialmente preservados em Zonaras, informam duas versões possíveis: que sua embarcação foi atacada pelos próprios cartagineses e que a embarcação cedida a ele era velha e, por esse motivo, naufragaria inevitavelmente, não fosse a sua percepção acerca do que estava a ocorrer e a subsequente troca por uma nova embarcação (ZONARAS, 11, 13).

A despeito de alguns elementos divergentes, parece possível unificar os relatos de um modo bastante aceitável. Se tomarmos a informação encontrada em Políbio, Diodoro, Apiano e Cássio Dio, concluímos que Xantipo, após liderar vitoriosamente os cartagineses, decidiu regressar a Esparta (ainda que algumas fontes não mencionem abertamente Esparta, mas somente a embarcação e as honrarias preparadas pelos cartagineses como forma de agradecer os bons serviços prestados, o que sugere o fim do “contrato” e, portanto, o retorno do mercenário ao mundo grego). Se os cartagineses afundaram abertamente a embarcação ou apenas assassinaram Xantipo, tendo preservado o navio, se o mesmo naufragou devido ao seu estado propositalmente defeituoso, ou, ainda, se Xantipo foi capaz de chegar são e salvo a Esparta apesar das armadilhas preparadas, torna-se, a essa altura, informação irrelevante, dado que, em todos os cenários possíveis, os cartagineses não teriam demonstrado a menor intenção de tornar bem-sucedida a viagem de volta.

Por que Xantipo decidiu navegar de volta para a Grécia, após tamanho sucesso contra os romanos? Ele, provavelmente, sabia que a ascensão do poder pessoal em Cartago era um processo muito complicado e, por essa razão, não demonstrou qualquer intenção de expandir sua autoridade entre os cartagineses. No entanto, os motivos que levaram Cartago a assegurar que a viagem de Xantipo fosse desastrosa parecem claros: como nos casos anteriores, os cartagineses se esforçaram em impedir qualquer ascensão de poder pessoal dos *strategoí*, possivelmente por conta do que estavam habituados a ver na Sicília grega. Após ter concluído a segunda reforma do exército cartaginês, Xantipo é tirado de cena pelos cartagineses direta ou indiretamente, de maneira a fortalecer o argumento sobre a preocupação no

que respeita à possível ascensão de tiranos em Cartago, o que representaria um desequilíbrio fatal das instituições políticas tradicionais.

## Conclusão

Após análise cuidadosa das poucas evidências (em sua maioria fragmentos) acerca da situação política dos cartagineses, tornou-se possível examinar as razões pelas quais nenhum homem foi capaz de se proclamar tirano em Cartago ou em seus domínios sicilianos, ultrapassando o controle exercido pela oligarquia africana, mesmo no período helenístico. Em caso de ameaça extrema, quando gregos e, depois, romanos invadiram o território cartaginês, levando perigo à própria cidade de Cartago, tentativas de usurpação (concretas ou consideradas pela oligarquia como potenciais) foram controladas com vigor, o que ilustra o bom funcionamento de suas instituições clássicas.

### “NO TYRANT WILL DESTROY OUR CITY!”: OLIGARCHIC CONTROL AND THE FAILURE OF THE ATTEMPT OF RISING TYRANNY IN PRE-BARCID HELLENISTIC CARTHAGE

*Abstract:* Little is known about Carthaginian politics, despite a few fragments and short references in authors such as Aristotle and Polybius. However, a careful look at the problems faced by Carthaginians during the Greek (310-307 BC) and Roman (256-255 BC) expeditions will cast light on how Carthaginian oligarchic control prevented the rise of any autocratic power, whether declared or merely potential.

*Keywords:* Carthage; Hellenistic west; tyranny; politics; war.

## Documentação escrita

APIANO. **Guerras Estrangeiras**. Trad. Horace White. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1913.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. H. Rackham. Cambridge, Ma; London: Harvard University Press, 1932.

CÁSSIO DIO. **História Romana**. Trad. Earnest Cary. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1914-27.

DIODORO DA SICÍLIA. **Biblioteca Histórica**. Trad. Russel Geer e Francis Walton. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2006.

ISÓCRATES. **Isócrates**, v.3. Trad. La Rue Van Hook. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1945.

POLÍBIO. **Histórias**. Trad. W. R. Paton. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 2005.

## Referências bibliográficas

BAGNALL, N. **The Punic Wars**. New York: St. Martin, 2005.

CHAMPION, C. B. **Cultural Politics in Polybius' Histories**. Berkeley: University of California Press, 2004.

CONSOLO LANGHER, S. **Agathocle**. Da capoparte a monarca fondatore di un regno tra Cartagine e i Diadochi. Messina: Pelorias, 2000.

DALY, G. **Cannae**: the experience of battle in the Second Punic War. London; New York: Routledge, 2002.

HOYOS, D. Barcid 'proconsuls' and Punic politics, 237-218 BC. **Rheinisches Museum für Philologie**. v.137, p.246-74, 1994.

MEISTER, K. Agathocles. WALBANK, F. W.; ASTIN, A. E. **The Cambridge Ancient History**, v. 7 (1). Cambridge: University Press, 1984, p.384-411.

MILES, R. **Carthage Must be Destroyed**: The Rise and Fall of an Ancient Mediterranean Civilization. London: Allen Lane, 2010.

WALBANK, F. W. **Polybius**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972.

## Notas

---

<sup>1</sup> Conferir, principalmente a *Marmor Parium* (FGrH 239 F12), inscrição que aponta a emergência de um poder autocrático desde o início da “carreira” política de Agátocles. Obrigados a aceitar as decisões de um general amparado por mercenários, os cidadãos de Siracusa não teriam escolha, a não ser nomeá-lo *strategos*.

<sup>2</sup> Cabe mencionar, aqui, o caso relatado em Diodoro (**Biblioteca Histórica**, 23, 10), quando Aníbal (não o Barca), após a derrota na batalha naval de Mylae, durante a Primeira Guerra Púnica, temendo a punição oligárquica, decidiu enviar um mensageiro a Cartago para perguntar aos oligarcas se ele, no comando de 200 embarcações, deveria entrar em confronto com os romanos, que contavam apenas com 120 embarcações. Com a resposta positiva dos entusiasmados compatriotas, o mensageiro, então, contou que foi exatamente essa a decisão de Aníbal, tendo ele, no

entanto, perdido a batalha para os romanos. Diante disso, concluiu o mensageiro, o general não deveria ser punido, uma vez que agiu como todos julgavam ser correto. O caso serve para ilustrar o receio dos comandantes cartagineses quanto às punições do Senado mais do que propriamente quanto à severidade dos castigos. Sobre a punição senatorial, podemos destacar a crucifixão, como no caso do comandante cartaginês crucificado pelos compatriotas após desistir de Messina com a chegada de Ápio Cláudio, cônsul romano enviado para dar suporte militar aos mamertinos (POLÍBIO. **Histórias**, 1, 11). De acordo com Políbio, os cartagineses puniram seu general por sua falta de bom juízo sobre as coisas (νομίσαντες αὐτὸν ἀβούλως) e por abandonar a cidadela covardemente (ἀνάνδρως προσέθαι τὴν ἀκρόπολιν).

<sup>3</sup> Dexter Hoyos (HOYOS, 1998, p.150) destaca que, com a ascensão Bárcida (período que não será tratado neste artigo), a república cartaginesa havia se tornado, de fato, uma monarquia militar, uma vez que o poder dos Bárcidas não se reduzia à nova colônia hispânica, estendendo-se aos assuntos políticos em Cartago. Ainda que essa interpretação não seja universal - há evidências da oposição dos cartagineses à expedição de Amilcar em Apiano (**Guerra Anibálica**, 2, 4) e Zonaras (8, 17) -, os autores modernos tendem a aceitar a influência Bárcida em Cartago ou o seu governo independente na Hispânia.

<sup>4</sup> Aqui, decidi seguir estritamente a tradução da Loeb, que sugere ἀτιμάω como privação dos direitos cívicos.

<sup>5</sup> Políbio (**Histórias**, 6.51) ressalta a semelhança com as constituições de Roma e Esparta.

<sup>6</sup> Para alguns historiadores, os *sufetas* cartagineses desempenhavam precisamente as funções de um “rei” (*basileu* para os gregos, *rex* para os latinos), ao passo que, para outros, a aparição do termo “basileu”, quando as fontes mencionam *sufetas* cartagineses, indica unicamente uma aproximação, ao se traduzir o púnico *sufeta*. Como nos lembra Yann Le Bohec (LE BOHEC, 1996, p.29-31) “se a monarquia existiu em Cartago, esse regime desapareceu antes do início do séc.III a.C.”.

<sup>7</sup> Diodoro (**Biblioteca Histórica**, 20, 13) menciona 1.000 homens mortos do lado cartaginês, embora reconheça que outros autores mencionem até 6.000, ao passo que Justino (22, 6) nos indica 3.000 mortos. Orósio (4, 6) sugere que 2.000 cartagineses pereceram em batalha.

<sup>8</sup> Após analisar todo o fragmento, fica evidente que Diodoro trocou (talvez por confusão), em toda a passagem, cartagineses por siciliotas.